



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2015.0000110210**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0024264-98.2010.8.26.0562, da Comarca de Santos, em que é apelante RITA MARGARIDA DOS SANTOS RIBEIRO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

**ACORDAM**, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores WALTER CESAR EXNER (Presidente) e PEDRO BACCARAT.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.

**GIL CIMINO**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**

**Apelação nº 0024264-98.2010.8.26.0562**

**Apelante: Rita Margarida dos Santos Ribeiro**

**Apelado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**

**Comarca: Santos**

SEGURO OBRIGATÓRIO. Cobrança. Autora vítima de acidente automobilístico. Laudo pericial, no entanto, que afastou a existência de invalidez permanente. Conclusões nele constantes não infirmadas por argumentos plausíveis. Improcedência mantida. Apelo negado.

**Voto nº 4272**

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por Rita Margarida dos Santos Ribeiro em face da sentença lançada às fls. 166/168, que julgou improcedente a ação de cobrança securitária manejada contra Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Alega a Recorrente, em síntese, que o acidente noticiado nos autos agravou suas enfermidades, resultando em incapacidade total, que pode ser constatada independente de exame médico pericial.

Recurso isento de preparo e respondido.

**É o relatório.**

O apelo não comporta acolhimento.

Sustenta a Autora que fora vítima de acidente automobilístico, ocorrido em 02/06/2009, conforme Boletim de Ocorrência (fls.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

08/11), do qual sofrera lesões na cabeça, resultando em sua incapacidade permanente. Por isso, entende fazer jus ao recebimento da indenização do seguro obrigatório.

No entanto, sem embargo das alegações deduzidas na inicial, o laudo pericial constante dos autos foi conclusivo no sentido de que não restaram sequelas incapacitantes decorrentes do acidente, transcrevendo as palavras do perito: **“o exame clínico da pericianda não demonstrou nenhuma lesão ou sequela em decorrência do referido acidente de trânsito que seja geradora de qualquer limitação para as atividades laborativas habituais ou para qualquer ato da vida diária. Não há alterações indenizáveis pela Tabela Susep”**. (fls. 150/154).

Assim, ainda que a Recorrente insista na existência de sequelas incapacitantes, não trouxe aos autos elementos capazes de infirmar as conclusões contidas no laudo pericial.

Ante o exposto, pelo meu voto, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso.

**GIL CIMINO**

Relatora